

PLANO ANUAL DE AUDITORIA - 2019

Anexo I - Procedimentos organizacionais do Tribunal de Justiça

DESCRIÇÃO SUMÁRIA Indicação da unidade auditada e do conhecimento específico exigido para realizar a auditoria.	RISCO E RELEVÂNCIA Indicação do risco em relação ao objeto e sua relevância para a Administração	CLASSIFICAÇÃO DA AUDITORIA	OBJETIVO(S) Indicação dos resultados esperados e especificação de que forma a vulnerabilidade do objeto pode ser mitigada	ESCOPO Abrangência dos exames em relação ao objeto	PERÍODO DE EXECUÇÃO	AUDITORES ENVOLVIDOS	ESCALA DE RISCO E RELEVÂNCIA
Área Auditada: DGP/DRB - Rubricas da Folha de Pagamento. Conhecimento Específico: Constituição Federal; Constituição Estadual; Lei nº 6.745/1985 (Estatuto dos Servidores SC); LC nº 90/1993 e alterações; normativos internos do TJSC específicos nomeação e cargos.	Risco: Inobservância dos critérios estabelecidos e aplicação inadequada dos normativos, desconformidade dos registros e controles internos inadequados. Relevância: cumprimento das normas e eficiência operacional.	Fiscalização e conformidade	Avaliar o processo de cálculo da folha de pagamento, integrando as Divisões/Seções envolvidas no lançamentos dos dados pessoais e funcionais, buscando verificar a sua regularidade.	Envolve a conformidade das rubricas: auxílio saúde, recuperação de valores pagos indevidamente, indenização de férias e licença prêmio, promoções, tudo analisado e confrontado com o registro funcional/processo/determinação legal correspondente, no que diz respeito a percentuais, valores, tipos e forma de lançamento na folha de pagamento.	2 meses	3 auditores	moderado
Área Auditada: DGP - Diretoria de Gestão de Pessoas. Conhecimento Específico: Legislação previdenciária IN TCE 11/2011.	Risco: inobservância dos normativos. Relevância: cumprimento de formalidades e preceitos constitucionais.	Fiscalização e conformidade	Fiscalização da gestão de recursos humanos: avaliação da legalidade dos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, buscando evitar possíveis equívocos e/ou irregularidades.	Exame de todos os processos de admissão e de concessão de aposentadoria.	jan a dez/19	2 auditores	moderado
Área Auditada: DTI - Diretoria de Tecnologia da Informação e Diretoria de Material e Patrimônio. Conhecimento Específico: Lei 8666/93, Resolução 182/2013-CNJ, IN 04/2014.	Risco: Falhas no acompanhamento da execução contratual; inobservância de cláusulas contratuais; pagamentos equivocados. Relevância: Elevados valores envolvidos, criticidade dos serviços a serem mantidos e cumprimento de preceitos legais.	Operacional	Avaliar o contrato cujo objeto é a prestação de serviços de Desenho e de Implementação de processos de Gerenciamentos de Serviços baseados na biblioteca ITIL v.3, na Infraestrutura de Tecnologia da Informação do PJSC, bem como de implementação da função da Central de Serviços Compartilhada.	Verificação do cumprimento dos termos do Contrato nº 100/2017, em especial quanto ao cumprimento do objeto e seus prazos, à aplicação dos acordos de nível de serviço, aos pagamentos efetuados, e à aplicação de sanções.	3 meses	3 auditores	moderado
Área Auditada: DTI - Diretoria de Tecnologia da Informação e Diretoria de Material e Patrimônio. Conhecimento Específico: Lei 8666/93, Resolução 182/2013-CNJ, IN 04/2014.	Risco: Falhas no acompanhamento da execução contratual; inobservância de cláusulas contratuais; pagamentos equivocados. Relevância: Importância dos serviços e cumprimento de preceitos legais.	Operacional	Avaliar o contrato, cujo objeto é a prestação de serviços de mensuração de software por meio da técnica de análise de pontos de função, para execução no regime de empreitada.	Verificação do cumprimento dos termos do Contrato nº 033/2018, em especial quanto ao cumprimento do objeto e seus prazos, à aplicação dos acordos de nível de serviço, à entrega de documentação, aos pagamentos efetuados, e à aplicação de sanções.	3 meses	3 auditores	moderado
Área Auditada: DTI - Diretoria de Tecnologia da Informação. Conhecimento Específico: Política de segurança da informação.	Risco: Perda de dados da instituição. Relevância: Proteção da integridade dos dados, referentes a configurações, bancos de dados, e arquivos de usuários, que em sua maioria, estão armazenados somente em sistemas, não havendo cópias em papel.	Operacional	Avaliar a política de backup da instituição.	Verificar a política de backup formalizada pela instituição, como tem sido aplicada, e quais os controles adotados.	3 meses	3 auditores	moderado
Área Auditada: DEA - Diretoria de Engenharia e Arquitetura. Conhecimento Específico: Lei 8666/93 e Engenharia, Resolução nº 114/2010-CNJ, Resolução nº 44/2010-TJ e Orientações Técnicas dos órgãos de controle externo.	Risco: descumprimento das recomendações da Auditoria Interna e preceitos legais. Relevância: Necessidade do cumprimento das recomendações de Auditoria.	Fiscalização	Monitorar o cumprimento das recomendações estabelecidas nos trabalhos de auditoria na obra de comarca da Comarca de Timbó.	Exame, por amostragem, da execução do contrato 50/2018 (Reforma Global do Prédio da Comarca de Timbó).	3 meses	3 auditores	moderado
Área Auditada: DEA - Diretoria de Engenharia e Arquitetura. Conhecimento Específico: Lei 8666/93 e Engenharia, Resolução nº 114/2010-CNJ, Resolução nº 44/2010-TJ.	Risco: descumprimento do disposto no arts. 21 e 26 da Resolução n. 114/2010-CNJ. Relevância: Necessidade de cumprimento de preceito legal.	Fiscalização	Avaliar a regularidade dos processos de pagamento de obras e legalidade dos procedimentos adotados, para evitar possíveis falhas.	Exame de todos os processos de pagamento de parcela de contrato de obra e seus aditivos.	jan a dez/19	2 auditores	moderado
Área Auditada: DGP/DRB. Conhecimento específico: Constituição Federal; Lei Estadual 6745/1985; Lei Complementar nº 90/1993; e Legislação específica sobre cada assunto.	Risco: Aplicação de dados governamentais em desacordo com a legislação, sob risco de pagamentos irregulares, tendo em vista que os procedimentos são realizados por várias pessoas, em vários setores da DGP e da DOF. Relevância: A Folha de Pagamento do Tribunal de Justiça envolve a soma mensal de mais de cem milhões de reais.	Fiscalização	Fazer o acompanhamento dos procedimentos da Folha de Pagamento Mensal .	Verificar em cada mês os seguintes pontos: a) aplicação de tabelas, alíquotas, percentuais, valores de benefícios; b) Processos de Liquidação e Pagamento da Folha; c) Situação previdenciária - INSS/GFIP.	jan a dez/19	2 auditores	moderado
Área Auditada: DGP/DMP/DOF Conhecimento específico: Constituição Federal, Lei 8666/1993, IN 5/2013 e demais legislação específica que trata sobre cada assunto.	Risco: Prestação dos serviços contratados em desacordo com o contrato e com a legislação vigente, principalmente Lei 8666/1993 e IN 5/2017. Relevância: Envolve, além dos vários trabalhos realizados nas dependências do PJSC, muitos de alta responsabilidade, também o investimento mensal em torno de sete milhões de reais, que representa uma soma considerável de recursos públicos.	Fiscalização	Fazer a verificação dos processos mensais de Pagamento dos Contratos de Terceirização .	Verificar a regularidade da instrução do processo de pagamento dos contratos de terceirização pela DGP, DMP e DOF.	jan a dez/19	2 auditores	moderado

PLANO ANUAL DE AUDITORIA - 2019

Anexo I - Procedimentos organizacionais do Tribunal de Justiça

DESCRIÇÃO SUMÁRIA Indicação da unidade auditada e do conhecimento específico exigido para realizar a auditoria.	RISCO E RELEVÂNCIA Indicação do risco em relação ao objeto e sua relevância para a Administração	CLASSIFICAÇÃO DA AUDITORIA	OBJETIVO(S) Indicação dos resultados esperados e especificação de que forma a vulnerabilidade do objeto pode ser mitigada	ESCOPO Abrangência dos exames em relação ao objeto	PERÍODO DE EXECUÇÃO	AUDITORES ENVOLVIDOS	ESCALA DE RISCO E RELEVÂNCIA
<p>Área Auditada: DGP/DRF/DGC Conhecimento específico: Legislação que trata do assunto.</p>	<p>Risco: possíveis irregulares e falta de controle sobre os procedimentos de admissão, pagamento e desligamento de estagiários. Inclusive pelo fato de haver alta rotatividade. Relevância: Embora considera-se de risco médio, se comparado com a Folha dos demais grupos que compõe o Quadro de Pessoal Remunerado, atualmente o gasto mensal com Estagiários gira em torno de dois milhões de reais.</p>	Conformidade	Verificar a regularidade dos procedimentos de seleção, admissão, pagamento e desligamento dos Estagiários de 3º grau	Verificar a regularidade da concessão e do pagamentos de Estágio Escolar de 3º Grau	jan a mar/19	2 auditores	moderado
<p>Área Auditada: DGP/DRF Conhecimento específico: Resolução TJ nº 22/2018 e demais legislação que trata do assunto.</p>	<p>Risco: Desconformidade com os critérios estabelecidos pelo Tribunal de Justiça e pela Legislação, no que diz respeito ao controle sobre os serviços executados. Relevância: Tendo em vista que compreende uma série de procedimentos próprios da administração, operacionalizado em ambiente privado e sem acompanhamento de superior hierárquico, é necessário verificar se a execução do procedimento atende aos objetivos e as diretrizes estabelecidas pelo Tribunal de Justiça.</p>	Operacional	Verificar os controles sobre os procedimentos do Tele trabalho no PJSC.	Verificar se a Administração do Tribunal de Justiça exerce o devido controle sobre os procedimentos da Gestão do Tele Trabalho no PJSC.	abr a ju/19	3 auditores	moderado
<p>Área Auditada: DGP/DAP Conhecimento específico: Lei Estadual nº 6745/1985; Lei Complementar nº 90/1993; Resolução GP nº 44/2013; e demais Legislação que trata especificamente do assunto.</p>	<p>Risco: Concessão de promoções por aperfeiçoamento em desacordo com os critérios legais. Relevância: possíveis inconsistências na concessão das promoções podem acarretar em prejuízo ao erário.</p>	Conformidade	Verificar os critérios para concessão e lançamento da Promoção por aperfeiçoamento.	Concessão, cálculo e lançamento das promoções por aperfeiçoamento.	ago a out/19	2 auditores	moderado
Ação coordenada de Auditoria proposta pelo Conselho Nacional da Justiça - CNJ.			Avaliação da gestão documental.	Avaliação sobre a criação, a manutenção, a utilização e os prazos de conservação dos documentos que são gerados, e o encaminhamento final para conservação permanente ou descarte e, ainda, as rotinas para gerenciamento dos acervos de documentos administrativos e de processos judiciais, como forma de apoio à decisão, à preservação da memória institucional e à comprovação de direitos.	out a nov/19	3 auditores	moderado
Ação coordenada de Auditoria proposta pelo Conselho Nacional da Justiça - CNJ.			Avaliação contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional.	Adequação orçamentária e financeira; Sistemática dos programas, projetos, atividades e sistemas governamentais; Avaliação das metas do Plano Plurianual; Execução dos programas, do orçamento e dos resultados das gestões orçamentárias, financeira e patrimonial, com identificação de que forma tais instrumentos de ação do governo têm melhorado os serviços do Poder Judiciário à sociedade.	mai e jun/19	3 auditores	moderado

PLANO ANUAL DE AUDITORIA - 2019

Anexo II - Recolhimentos do Fundo de Reaparelhamento da Justiça (FRJ) - Auditorias presenciais

Período	Comarcas	Serventia	Auditado até:	Arrecadação - FRJ no período a ser auditado	Nº de Auditores	
11 a 22/03/19	ANITA GARIBALDI	REG. CIVIL	31/12/2012	18.086,92	3	
		REG. DE IMÓVEIS	31/12/2012	88.873,55		
	CAMPO BELO DO SUL	REG. CIVIL TIT E DOC. E REG. IMÓVEIS		31/12/2012		278.366,97
		REGISTRO CIVIL	31/12/2013	41.555,31		
	CORREIA PINTO	REGISTRO DE IMÓVEIS	31/12/2013	224.417,64		
		REGISTRO CIVIL	31/12/2013	62.073,53		
	OTACILIO COSTA	REGISTRO DE IMÓVEIS	31/12/2013	270.430,18		
		1º REG. DE IMOVEIS	31/12/2013	177.216,02		
	LAGES	1º TABELIONATO	31/12/2013	71.524,94		
		2º REG. DE IMOVEIS	31/12/2013	177.216,02		
		2º TABELIONATO	31/12/2013	153.999,40		
		3º REG. DE IMOVEIS	31/12/2013	79.998,54		
3º TABELIONATO		31/12/2013	363.051,06			
4º REG. DE IMOVEIS		31/12/2013	2.047.469,97			
4º TABELIONATO		31/12/2013	2.165.650,60			
REGISTRO CIVIL TIT. E DOC		31/12/2013	281.730,62			
01/03 a 09/03	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	Elaboração de relatórios, atualização de quadros, solicitação de relatórios de atos e registros para as serventias, preparação de amostragem e documentos para o próximo trabalho de fiscalização				
07 a 13/04/19	MARAVILHA	REG. CIVIL	31/12/2012	148.355,80	3	
		REG. DE IMOVEIS	31/12/2012	922.084,88		
	CUNHA PORÃ	REG. CIVIL	31/12/2012	59.713,99		
		REG. DE IMOVEIS	31/12/2012	196.038,58		
	XAXIM	REG. CIVIL	31/12/2012	68.193,02		
		REG. DE IMOVEIS	31/12/2012	1.160.397,91		
ITÁ	REG. CIVIL TIT E DOC. E REG. IMÓVEIS		31/12/2013	275.093,48		
	REG. CIVIL TIT E DOC. E REG. DE IMÓVEIS		31/12/2013	106.854,07		
15/04 a 03/05/19	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	Elaboração de relatórios, atualização de quadros, solicitação de relatórios de atos e registros para as serventias, preparação de amostragem e documentos para o próximo trabalho de fiscalização				
06/05 A 17/05/19	CRICIÚMA	1º REG. DE IMOVEIS	31/12/2014	2.289.261,05	3	
		1º TABELIONATO	31/12/2014	1.663.273,59		
		2º TABELIONATO	31/12/2014	1.861.232,60		
		2º REGISTRO DE IMÓVEIS	31/12/2014	279.580,25		
		REG. CIVIL	31/12/2014	764.279,99		
	ARARANGUÁ	REG. IMOVEIS (1º Tab.)	31/12/2014	1.900.180,22		
		REG. CIVIL	31/12/2014	51.387,13		
	MELEIRO	REGISTRO CIVIL	01/12/2010	122.812,55		
		REGISTRO IMÓVEIS	23/11/2015	109.007,77		
		REG. CIVIL TIT E DOC. E REG. IMÓVEIS	31/12/2012	801.426,46		
20/05 a 21/06/19	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	Elaboração de relatórios, atualização de quadros, solicitação de relatórios de atos e registros para as serventias, preparação de amostragem e documentos para o próximo trabalho de fiscalização				
24/06 a 05/07/19	BLUMENAU	1º REG. DE IMOVEIS	31/12/2013	1.622.601,67	3	
		1º TABELIONATO	31/12/2013	5.530.199,33		
		2º REG. DE IMOVEIS	31/12/2013	2.694.217,49		
		2º TABELIONATO	31/12/2013	1.285.155,58		
		3º REGISTRO DE IMOVEIS	31/12/2013	1.605.774,90		
		3º TABELIONATO	31/12/2013	4.852.822,66		
	REG. CIVIL	31/12/2013	1.955.249,48			
	ASCURRA	REG. CIVIL TIT E DOC. E REG. IMÓVEIS	31/12/2012	476.014,51		
	IBIRAMA	REG. CIVIL	31/12/2013	85.679,44		
		REG. DE IMOVEIS	31/12/2013	393.075,13		
	PRESIDENTE GETÚLIO	REG. CIVIL TIT E DOC. E REG. IMÓVEIS	31/12/2013	406.118,11		
	08/07 a 26/07/19	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	Elaboração de relatórios, atualização de quadros, solicitação de relatórios de atos e registros para as serventias, preparação de amostragem e documentos para o próximo trabalho de fiscalização			
29/07 a 02/08/19	RIO DO CAMPO	REG. CIVIL TIT E DOC. E REG. IMÓVEIS		31/12/2013	134.593,71	3
	TAIÓ	REG. CIVIL	31/12/2013	102.468,96		
		REG. DE IMOVEIS	31/12/2013	329.493,84		
	RIO DO OESTE	REG. CIVIL E REG. DE IMÓVEIS				
		REG. CIVIL	31/12/2013	159.873,50		
	TROMBUDO CENTRAL	REG. DE IMOVEIS	31/12/2013	479.822,19		
		REG. CIVIL	31/12/2013	108.778,94		
ITUPORANGA	REG. DE IMOVEIS	31/12/2013	599.832,67			
05/08 a 23/08/19	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	Elaboração de relatórios, atualização de quadros, solicitação de relatórios de atos e registros para as serventias, preparação de amostragem e documentos para o próximo trabalho de fiscalização				
26 a 30/08/19	CANOINHAS	REG. CIVIL	31/12/2012	170.902,01	3	
		REG. DE IMOVEIS	31/12/2012	1.457.576,41		
	ITAIÓPOLIS	REG. CIVIL	31/12/2012	23.753,44		
		REG. IMOVEIS	31/12/2012	447.497,90		
	MAFRA	1º REG. DE IMOVEIS	31/12/2012	622.404,42		
		2º REG. DE IMOVEIS	31/12/2012	390.159,86		

PLANO ANUAL DE AUDITORIA - 2019

Anexo II - Recolhimentos do Fundo de Reaparelhamento da Justiça (FRJ) - Auditorias presenciais

Período	Comarcas	Serventia	Auditado até:	Arrecadação - FRJ no período a ser auditado	Nº de Auditores
	PORTO UNIÃO	REG. CIVIL	31/12/2012	106.723,64	
		REG. CIVIL	31/12/2013	68.134,71	
		REG. DE IMOVEIS	31/12/2013	797.381,88	
02 a 20/09/19	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	Elaboração de relatórios, atualização de quadros, solicitação de relatórios de atos e registros para as serventias, preparação de amostragem e documentos para o próximo trabalho de fiscalização			
23 a 27/09/19	GUARAMIRIM	REG. CIVIL	31/12/2013	265.394,56	3
		REG. DE IMOVEIS	31/12/2013	1.308.602,47	
	BALNEÁRIO PIÇARRAS	REG. CIVIL	31/12/2012	136.132,63	
		REG. DE IMOVEIS	31/12/2012	2.722.361,73	
	BARRA VELHA	REG. CIVIL	31/12/2012	44.857,17	
		REG. DE IMOVEIS	31/12/2012	1.784.370,50	
	PORTO BELO	ESCR. PAZ BOMBINHAS	31/12/2012	2.405.982,30	
		REG. CIVIL TIT E DOC. E REG. IMÓVEIS	31/12/2012	1.981.425,87	
	SÃO JOÃO BATISTA	REG. CIVIL	31/12/2012	289.010,51	
		REG. DE IMOVEIS	31/12/2012	940.763,72	
30/09 a 18/10/19	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	Elaboração de relatórios, atualização de quadros, solicitação de relatórios de atos e registros para as serventias, preparação de amostragem e documentos para o próximo trabalho de fiscalização			
21 a 25/10/19	SANTA CECÍLIA	REG. CIVIL	31/12/2012	53.197,30	3
		REG. DE IMOVEIS	31/12/2012	267.046,76	
	CAÇADOR	REG. CIVIL	31/12/2013	356.166,95	
		REG. DE IMOVEIS	31/12/2013	933.052,78	
	TANGARÁ	REG. CIVIL	31/12/2012	80.124,97	
		REG. DE IMOVEIS	31/12/2012	253.373,66	
HERVAL D'OESTE	REG. CIVIL TIT E DOC. E REG. IMÓVEIS	31/12/2012	340.515,85		
	Elaboração de relatórios, atualização de quadros, solicitação de relatórios de atos e registros para as serventias, preparação de amostragem e documentos para o próximo trabalho de fiscalização				
29/10 A 08/11/19	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	Elaboração de relatórios, atualização de quadros, solicitação de relatórios de atos e registros para as serventias, preparação de amostragem e documentos para o próximo trabalho de fiscalização			
11/11 a 06/12/19	SÃO JOSÉ	ESCR. DE BARREIROS	31/12/2012	2.397.462,20	3
		ESCR. DE CAMPINAS	31/12/2013	1.307.007,71	
		TABELIONATO	31/12/2013	1.861.582,30	
		REG. DE IMOVEIS	13/06/2014	7.570.764,86	
	PALHOÇA	TABELIONATO	31/12/2012	3.060.853,64	
		REGISTRO CIVIL	31/12/2012	556.791,90	
		REGISTRO DE IMÓVEIS	31/12/2014	3.863.662,30	
	BIGUAÇU	REG. CIVIL	31/12/2014	151.262,52	
		REG. DE IMOVEIS	31/12/2014	1.113.462,57	
	CAPITAL	ESCR. SANTO ANTÔNIO DE LISBOA	31/12/2014	1.224.642,95	
		ESCR. DA TRINDADE	31/12/2012	4.252.707,74	
		ESCR. DE CANASVIEIRAS	31/12/2012	2.705.915,21	
		ESCR. DE RATONES	31/12/2012	1.379.929,57	
		ESCR. BARRA DA LAGOA	31/12/2013	1.328.213,98	
		ESCR. DO ESTREITO	31/12/2013	1.450.783,01	
ESCR. LAGOA DA CONCEIÇÃO	31/12/2013	2.382.826,59			
09 a 20/12/19	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	Elaboração de relatórios, atualização de quadros, solicitação de relatórios de atos e registros para as serventias, preparação de amostragem e documentos para o próximo trabalho de fiscalização			
TOTAL DE CARTÓRIOS		95			

PLANO ANUAL DE AUDITORIA - 2019

Anexo III - Recolhimentos do Fundo de Reparelhamento da Justiça (FRJ) - Auditorias virtuais

Período	Comarcas	Serventia	Auditado até:	Arrecadação - FRJ no período a ser auditado	Nº de Auditores
11/02/19 a 05/04/19	ANITA GARIBALDI	TABELIONATO	31/12/2012	164.095,95	3
		ESCR. ABDON BATISTA	31/12/2012	56.946,87	
		ESCR. CELSO RAMOS	31/12/2012	50.253,39	
	CAMPO BELO DO SUL	TABELIONATO	31/12/2012	195.591,35	
		ESCR. CAPÃO ALTO	31/12/2012	78.831,92	
		ESCR. CERRO NEGRO	31/12/2012	117.079,44	
	CORREIA PINTO	TABELIONATO DE NOTAS	31/12/2013	246.906,96	
		ESCR. DE PONTE ALTA	31/12/2013	58.828,29	
	OTACILIO COSTA	TABELIONATO DE NOTAS	31/12/2013	273.252,49	
		ESCR. PALMEIRA	31/12/2013	285.232,52	
	LAGES	ESCR. BOCAINA DO SUL	31/12/2013	66.417,60	
		ESCR. DE PAINEL	31/12/2013	111.631,44	
		ESCR. S. JOSE DO CERRITO	31/12/2013	124.424,66	
	MARAVILHA	TABELIONATO	31/12/2012	1.807.262,86	
		ESCR. DE IRACEMINHA	31/12/2012	157.286,03	
		ESCR. DE TIGRINHOS	31/12/2012	153.708,57	
		ESCR. FLOR DO SERTÃO	31/12/2012	47.709,04	
	CUNHA PORÃ	ESCR. SÃO M. DA BOA VISTA	31/12/2012	356.530,85	
		TABELIONATO	31/12/2012	404.391,14	
	XAXIM	TABELIONATO	31/12/2012	824.870,27	
		ESCR. DE ENTRE RIOS	31/12/2012	34.897,62	
		ESCR. DE MAREMA	31/12/2012	162.163,72	
	ITÁ	ESCR. LAJEADO GRANDE	31/12/2012	93.177,24	
		TABELIONATO	31/12/2013	199.406,96	
	IPUMIRIM	ESCR. DE PAIAL	31/12/2013	21.071,17	
		TABELIONATO DE NOTAS	31/12/2013	114.042,96	
	ARARANGUÁ	ESCR. DE ARABUTÃ	31/12/2013	121.759,31	
ESCR. LINDOIA DO SUL		31/12/2013	122.415,25		
1º TABELIONATO		31/12/2014	1.900.180,22		
FORQUILHINHA	2º TABELIONATO	31/12/2014	189.223,40		
	ESCR. ARROIO DO SILVA	31/12/2014	738.111,23		
	ESCR. HERCILIO LUZ	31/12/2014	1.019,00		
	ESCR. MARACAJA	31/12/2014	99.231,74		
15 a 26/04/19	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	Elaboração de relatórios, atualização de quadros, solicitação de relatórios de atos e registros para as serventias, preparação de amostragem e documentos para o próximo trabalho de fiscalização			
20/05 a 21/06/19	ASCURRA	TABELIONATO DE NOTAS	31/12/2012	338.079,49	3
		ESCRIVANIA DE APIUNA	31/12/2012	202.285,76	
		ESCRIVANIA DE RODEIO	31/12/2012	117.506,27	
	BLUMENAU	ESCR. ITOUPAVA	31/12/2013	1.165.115,71	
	IBIRAMA	1º TABELIONATO	31/12/2013	461.905,19	
		2º TABELIONATO	31/12/2013	80.472,98	
		ESCR. JOSE BOITEUX	31/12/2013	150.081,09	
	ITUPORANGA	ESCR. DE DALBERGIA	01/12/2017	0,00	
		TABELIONATO	31/12/2013	673.110,02	
		ESCR. DE ATALANTA	31/12/2013	47.071,00	
		ESCR. DE CHAPADAO	31/12/2013	43.758,09	
		ESCR. DE VIDAL RAMOS	31/12/2013	100.102,02	
		ESCR. IMBUIA	31/12/2013	172.037,58	
		ESCR. LEOBERTO LEAL	31/12/2013	27.734,68	
	PRESIDENTE GETULIO	ESCR. PETROLANDIA	31/12/2013	123.465,25	
		ESCR. RIO BONITO	31/12/2013	198.685,72	
		TABELIONATO DE NOTAS	31/12/2013	419.322,98	
		ESCR. DE DONA EMMA	31/12/2013	120.020,71	
		ESCR. DE MIRADOR	31/12/2013	92.823,15	
	RIO DO CAMPO	ESCR. VITOR MEIRELLES	31/12/2013	106.448,36	
		ESCR. WITMARSUM	31/12/2013	64.294,23	
	RIO DO OESTE	TABELIONATO	31/12/2013	221.530,72	
		ESCR. SANTA TEREZINHA	31/12/2013	128.119,26	
	TAIÓ	ESCR. DE LAURENTINO	31/12/2013	146.589,35	
		ESCR. RIO DO OESTE (TAB.)	31/12/2013	52.791,10	
		1º TABELIONATO	31/12/2013	237.933,57	
	TROMBUDO CENTRAL	2º TABELIONATO	31/12/2013	333.065,51	
		ESCR. DE SALETE	31/12/2013	98.926,18	
		ESCR. DE MIRIM DOCE	31/12/2013	103.335,46	
TABELIONATO		31/12/2013	183.579,87		
TROMBUDO CENTRAL	ESCR. BRAÇO TROMBUDO	31/12/2013	89.665,27		
	ESCR. DE AGROLANDIA	31/12/2013	206.646,57		
	ESCR. POUSO REDONDO	31/12/2013	225.049,62		

PLANO ANUAL DE AUDITORIA - 2019

Anexo III - Recolhimentos do Fundo de Reparelhamento da Justiça (FRJ) - Auditorias virtuais

Período	Comarcas	Serventia	Auditado até:	Arrecadação - FRJ no período a ser auditado	Nº de Auditores	
08 a 26/07/19	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	Elaboração de relatórios, atualização de quadros, solicitação de relatórios de atos e registros para as serventias, preparação de amostragem e documentos para o próximo trabalho de fiscalização				
05/08 a 20/09/19	CANOINHAS	1º TABELIONATO	31/12/2012	747.387,39	3	
		2º TABELIONATO	31/12/2012	410.714,90		
		ESCR. BELA VISTA TOLDO	31/12/2012	269.777,10		
		ESCR. DE FELIPE SCHMIDT	31/12/2012	48.828,12		
		ESCR. DE MAJOR VIEIRA	31/12/2012	118.966,83		
	ITAÍÓPOLIS	ESCR. DE TRES BARRAS	31/12/2012	112.621,42		
		TABELIONATO	31/12/2012	484.980,78		
		ESCR. DE IRAPUTÁ	31/12/2012	26.204,83		
	MAFRA	ESCR. DE ITAIO	31/12/2012	179.292,01		
		1º TABELIONATO	31/12/2012	752.277,60		
	PORTO UNIÃO	2º TABELIONATO	31/12/2012	723.710,26		
		1º TABELIONATO	31/12/2013	507.720,06		
		2º TABELIONATO	31/12/2013	163.657,32		
		ESCR. DE POÇO PRETO	31/12/2013	75.987,30		
		ESCR. MATOS COSTA	31/12/2013	2.685,43		
		ESCR. STA. CRUZ D TIMBÓ	31/12/2013	600,00		
	GUARAMIRIM	ESCR. IRINEOPOLIS	01/05/2014	100.948,57		
		TABELIONATO	31/12/2013	689.090,17		
		ESCR. DE SCHROEDER	31/12/2013	2.540.563,52		
	BALNEÁRIO PIÇARRAS	ESCR. MASSARANDUBA	31/12/2013	439.315,09		
		TABELIONATO	31/12/2012	1.737.115,36		
	BARRA VELHA	ESCR. DE PENHA	31/12/2012	1.346.753,20		
		TABELIONATO	31/12/2012	1.753.393,57		
	CAÇADOR	ESCR. DE ITAPERIU	31/12/2012	151.492,61		
		1º TABELIONATO	31/12/2013	766.883,73		
		2º TABELIONATO	31/12/2013	633.030,85		
		ESCR. DE CALMON	31/12/2013	66.774,61		
	HERVAL D'OESTE	ESCR. DE MACIERA	31/12/2013	15.536,33		
		ESCR. DE RIO DAS ANTAS	31/12/2013	71.648,78		
		TABELIONATO DE NOTAS	31/12/2012	499.727,95		
	TANGARÁ	ESCR. ERVAL VELHO	31/12/2012	198.456,41		
		TABELIONATO	31/12/2012	155.874,93		
		ESCR. DE IBIAM	31/12/2012	65.064,01		
SANTA CECÍLIA	ESCR. PINHEIRO PRETO	31/12/2012	61.758,45			
	TABELIONATO	31/12/2012	317.616,99			
		ESCR. TIMBO GRANDE	31/12/2012	44.034,47		
30/09 a 18/10/19	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	Elaboração de relatórios, atualização de quadros, solicitação de relatórios de atos e registros para as serventias, preparação de amostragem e documentos para o próximo trabalho de fiscalização				
29/10 a 06/12/19	SÃO JOSÉ	ESCR. PEDRO ALCÂNTARA	31/12/2013	604.767,63	3	
	SÃO JOÃO BATISTA	TABELIONATO	31/12/2012	344.093,94		
		TABELIONATO	31/12/2014	1.146.137,09		
	BIGUAÇU	ESCR. ANT. CARLOS	31/12/2014	216.342,24		
		ESCR. CELSO RAMOS	31/12/2014	969.149,45		
	PORTO BELO	TABELIONATO	31/12/2012	2.346.719,50		
	CAPITAL	ESCR. CAMPECHE	31/12/2012	81.714,10		
		ESCR. PANTANO DO SUL	31/12/2013	97.561,67		
		ESCR. RIB. DA ILHA	01/06/2014	119.801,98		
		ESCR. DA CACHOEIRA	31/12/2014	132.302,11		
ESCR. INGLESSES		31/12/2014	999.361,42			
		ESCR. SÃO JOÃO R. VERMELHO	31/12/2014	287.270,36		
09 a 20/12/19	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	Elaboração de relatórios, atualização de quadros, solicitação de relatórios de atos e registros para as serventias, preparação de amostragem e documentos para o próximo trabalho de fiscalização				
TOTAL DE CARTÓRIOS		115				